

Superexploração da força de trabalho como elemento constitutivo da determinação social do processo saúde-doença em formações econômico-sociais dependentes

Daniele Correia¹

Thays Fidelis²

Kleitton Wagner Alves da Silva Nogueira³

Resumo: Objetivamos, com o presente trabalho, destacar elementos da Teoria Marxista da Dependência a fim de evidenciar o pensamento latino-americano no entendimento da correlação existente entre superexploração da força de trabalho e determinação social do processo saúde-doença. Metodologicamente realizamos o levantamento bibliográfico sobre a literatura pertinente ao tema em livros e periódicos acadêmicos, bem como a sistematização de dados vinculados às condições de vida e saúde dos trabalhadores no Brasil. Para uma melhor abordagem, dividimos o artigo em três seções, delineando como a forma particular que a exploração da força de trabalho toma nos países dependentes implica consequências nas condições de vida da classe trabalhadora. Na primeira seção destacamos como a exploração no modo de produção capitalista se processa tanto no modo geral, como em formações econômico sociais dependentes - padrão que é subvertido de forma *sui generis*, implicando na superexploração da força de trabalho. Na segunda seção caracterizamos a superexploração da força de trabalho como característica estrutural das formações econômico-sociais dependentes. Na terceira seção estabelecemos a interseção entre a superexploração e o processo saúde-doença, entendendo a superexploração da força de trabalho como elemento de determinação social do processo saúde-doença.

Palavras-chave: reprodução da força de trabalho; superexploração da força de trabalho; capitalismo dependente; determinação social do processo saúde-doença.

Abstract: The aim of this study is to highlight elements of the Marxist Theory of Dependence in order to highlight Latin American thought in the understanding of the correlation between the overexploitation of labor power and the social determination of the health-disease process. Methodologically, we carried out a bibliographical survey of the literature pertinent to the theme in books and academic journals, as well as the systematization of data related to the living conditions and health of workers in Brazil. For a better approach, we divided the article into three sections, outlining how the particular form that the exploitation of labor power takes in dependent countries implies consequences in the living conditions of the working class. In the first section we highlight how exploitation in the capitalist mode of production takes place both in general and in dependent social economic formations - a pattern that is subverted in a *sui generis* way, implying the overexploitation of labor power. In the second section we characterize the overexploitation of labor power as a structural characteristic of dependent social-economic formations. In the third section we establish the intersection between overexploitation and the health-disease process, understanding the overexploitation of labor as an element of social determination of the health-disease process.

Keywords: reproduction of labor power; overexploitation of labor power; dependent capitalism; social determination of the health-disease process.

¹ Doutoranda em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Brasil, com estágio de investigação doutoral na Universidade Autónoma do México -Xochimilco. Bacharel e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ORCID: 0000-0003-1154-4196.

² Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL/Brasil) com estágio de investigação doutoral na Pós-graduação em Estudos Latino-Americanos da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM). É graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0002-8713-0451

³ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande — UFCG, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais — PPGCS. Campina Grande, PB, Brasil. ORCID: 0000-0001-5238-5262

Introdução

Deveras salutar referendar o pensamento crítico que privilegia a relação essencial entre o ‘político’ e o ‘econômico’, entendendo que ambos fazem parte, em suas essências, das relações sociais constituídas no modo de produção capitalista, proporcionando, assim, um repertório intelectual para a práxis, que muito contribui para superar os limites analíticos, ainda mais nesse contexto que os tempos turbulentos do cenário contemporâneo existe.

Para tanto, destacamos os aportes marxistas, em especial da Teoria Marxista da Dependência, a fim de evidenciar o pensamento latino-americano e sua contribuição para a compreensão da superexploração da força de trabalho como elemento constitutivo na determinação social do processo saúde-doença. As condições de trabalho guardam intrínseca relação com as condições de saúde e vida das populações e, compreendermos que a relação centro–periferia na economia mundial, é fundamental para o entendimento da inserção subordinada que as economias dependentes, e em específico as latino-americanas, apresentam na atual fase do capitalismo contemporâneo.

Tal resgate crítico implica, portanto, o resgate das principais teses da Teoria Marxista da Dependência, tais como: centro e periferia como elementos contraditórios de uma mesma unidade dialética, o capitalismo mundial; identificação dos condicionantes estruturais da dependência; necessidade de sua articulação dialética com as distintas especificidades conjunturais; papel central da superexploração da força de trabalho, entre outras. Ao mesmo tempo em que elas se articulam com as especificidades históricas do capitalismo contemporâneo, apresentam implicações na determinação do processo saúde-doença.

Para dar conta de debater as implicações das particularidades da reprodução capitalista na periferia do capitalismo e o processo saúde-doença, construímos o presente trabalho em 3 partes. Na primeira seção destacamos como a exploração no modo de produção capitalista se processa tanto no modo geral, como em formações econômico sociais dependentes - padrão que é subvertido de forma *sui generis*, implicando na superexploração da força de trabalho. Na segunda seção caracterizamos a superexploração da força de trabalho como característica estrutural das formações econômico-sociais dependentes. Na terceira seção estabelecemos a interseção entre a superexploração e o processo saúde-doença, entendendo a superexploração da força de trabalho como elemento de determinação social do processo saúde-doença. Destacamos

a relevância do pensamento crítico, materialista histórico, para compreensão analítica do processo saúde-doença no contexto de capitalismo dependente.

1. Reprodução da força de trabalho

Marx constata que o valor das mercadorias é determinado antes delas entrarem em circulação, determinado a partir do *quantum de trabalho objetivado na mercadoria*. Esse *quantum* está representado, na circulação, pelo preço das mercadorias, sendo necessário se remeter ao processo de produção da mercadoria para entender o seu valor. No caso da *mercadoria especial força de trabalho*, para determinar o seu valor é necessário entender como se estabelece esse *quantum de trabalho objetivado*. Concordamos com Marx quando ele trata a força de trabalho como uma *mercadoria especial*: ela possui, como todas as demais mercadorias, valor de uso e valor de troca; porém, quando o seu valor de uso é consumido ele não se exaure, ao contrário, produz mais valor. Vejamos como se dá essa produção de valor.

Se separarmos o processo geral de produção $D - M - D'$ em $D - M$ e em $M - D$, veremos que no primeiro o dinheiro apenas compra uma mercadoria e se essa não for consumida, não tem como valorizar-se; veremos também que no segundo ($M - D$) a mercadoria é apenas vendida transformando novamente a mesma grandeza em dinheiro. Portanto, a modificação deve ocorrer a partir do consumo da mercadoria comprada no primeiro processo, ou seja, a utilização do valor de uso da mercadoria. Mas como consumir o valor de uso de uma mercadoria pode criar mais valor? Somente se existir uma mercadoria que ao ser consumida crie valor e essa mercadoria específica é a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Marx determina que força de trabalho ou capacidade de trabalho é “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (MARX, 1985, p. 139). Assim como todas as mercadorias, a *mercadoria peculiar força de trabalho* tem um valor e assim como todas as demais mercadorias o valor da força de trabalho

[...] é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição de um indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção

da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessário à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho é gasto, porém, determinado quantum de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser repostos. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida. Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres. Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado (MARX, 1985, p. 141).

Para determinar o valor da força de trabalho, Marx analisa os meios de subsistência que precisam ser repostos diariamente, semanalmente, trimestralmente, etc. para calcular o valor do dia da força de trabalho. Dado esse cálculo, esse quantum de trabalho exigido para a sua produção diária é equivalente ao valor de um dia da força de trabalho. A partir da determinação desse valor, o possuidor da força de trabalho oferece sua *mercadoria peculiar* no mercado pelo seu respectivo valor e o possuidor de dinheiro, objetivando a transformação do seu dinheiro em capital, paga tal valor.

Porém, entendendo as condições e os “hábitos e aspirações, [que] se constituiu a classe dos trabalhadores livres” (MARX, 1985, p. 141), as particularidades da reprodução do capital nas diversas formações socioeconômicas e a determinação do valor da força de trabalho ser para a sua reprodução numa *qualidade normal*, o preço da força de trabalho pode ser pago de maneira inferior ao mínimo necessário à reprodução normal; nas palavras de Marx, “se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma *atrofiada*” (MARX, 1985, p. 143, grifo nosso).

Essa análise da manutenção e desenvolvimento atrofiado da força de trabalho permite a análise de uma forma específica de exploração da força de trabalho no qual os

possuidores de dinheiro se recusam a pagar o valor da reprodução da força de trabalho em condições de qualidade normal. Quando Marx afirma que se a força de trabalho não é vendida de nada serve ao trabalhador e relaciona a não-venda como um fardo ao trabalhador devido às exigências de sua reprodução, ele possibilita a análise de submissão do trabalhador a condições inferiores às suas necessidades de subsistência para que estas sejam atendidas de maneira atrofiada, mas sejam.

Diferente das demais mercadorias utilizadas no processo de produção das mercadorias, a força de trabalho não é paga integralmente: o capitalista paga seu valor (quando paga) e consome seu valor de uso. Ao ser consumida, a força de trabalho além de produzir o equivalente ao valor da sua mercadoria peculiar, produz a mais-valia apropriada pelo capitalista.

Se voltarmos à determinação do valor da força de trabalho de instantes atrás, veremos que *um dia de força de trabalho é determinado a partir dos meios de subsistência necessários para produzi-la diariamente*. Veremos, ainda, que existem duas grandezas diferentes contidas na força de trabalho: o *valor de troca*, ou seja, o trabalho passado que a força de trabalho contém; e o *valor de uso*, ou seja, o trabalho vivo que ela pode prestar. Quando o capitalista compra a mercadoria força de trabalho ele sabe essa diferença de valor e a compra (pagando seu valor de troca) para utilizar todo o trabalho vivo que ela pode prestar (valor de uso).

O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, a utilização dela durante o dia, o trabalho de uma jornada. A circunstância de que a manutenção diária da força de trabalho só custa meia jornada de trabalho, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar um dia inteiro, e por isso, o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro do seu próprio valor de um dia, é grande sorte para o comprador, mas, de modo algum, uma injustiça contra o vendedor (MARX, 1985, p. 160).

Houve, portanto, troca de equivalentes: o comprador pagou o valor de troca da mercadoria e fez o que qualquer comprador de mercadorias faz, consumiu seu valor de uso. Porém, o consumo do valor de uso da mercadoria força de trabalho no processo de trabalho não esgota o valor de uso, ao contrário, devido à particularidade dessa mercadoria, seu consumo cria produtos/mercadorias que contém valor. Nas palavras de Marx:

[...] “o capitalista, ao transformar dinheiro em mercadorias, que servem de matérias constituintes de um novo produto ou de fatores do processo de trabalho, ao incorporar força de trabalho viva à sua objetividade

morta, transforma valor, trabalho passado, objetivado, morto em capital, em valor que se valoriza a si mesmo” (1985, p. 161).

Nos primeiros capítulos d’*O capital* já é possível identificar como o valor da força de trabalho é determinado (valor de troca), como a força de trabalho é consumida na produção (valor de uso), como esse consumo implica na produção de valor equivalente e superior ao valor da força de trabalho e como, em casos particulares, a apropriação da mais-valia abocanha parte do valor de troca da força de trabalho.

A Teoria Marxista da Dependência (especialmente Ruy Mauro Marini) desenvolve a categoria analítica de *superexploração da força de trabalho* para caracterizar a naturalização dessa apropriação extra nas economias dos países da periferia do capitalismo – entendendo-a como uma das características dessas formações socioeconômicas.

Ao se falar em economia dependente, Marini (2012) se refere à forma atual na qual a “se conformou um setor de produção para o mercado interno que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica econômica” (idem, p. 21). Essa forma difere da economia exportadora do início do século XX, quando representava “um sistema de produção complementar ao das economias centrais, tendo seu ciclo determinado por este” (idem, p. 21).

Marini (2012) analisa três fases do processo de produção (D – M – D’) separadamente para entender como a dependência aparece em cada uma delas e como no ciclo de produção do capital aparece a relação de dependência; ele separa o ciclo do capital em: Circulação 1, que envolve D-M, ou seja, o movimento no qual o dinheiro assume forma de mercadorias que serão inseridas no processo de produção; Produção, que envolve P, ou seja, o processo no qual os objetos e meios irão transferir parte de seu valor às mercadorias e a força de trabalho irá criar valor, um processo de valorização do capital investido; e Circulação 2, que envolve M’-D’, ou seja, o movimento no qual as mercadorias criadas no processo de produção entram num processo de circulação para realizar-se em dinheiro novamente – parte dele é consumido e parte retorna ao processo produtivo.

Na primeira fase da circulação, Marini identifica três fontes na economia dependente latino-americana: capital privado interno, investimento público e capital estrangeiro. O capital privado interno é a “a parte da mais-valia gerada no interior da economia que (deduzidos os gastos improdutivo do capital) se apresenta para acumular-se sob a forma de meios de produção e força de trabalho” (2012, p. 23). O investimento

público tem duas fontes: os impostos e as empresas públicas. O capital estrangeiro, a terceira fonte, se apresenta de duas formas: como investimento direto, quando os capitalistas investem diretamente na economia dependente através da propriedade total ou parcial do capital produtivo (o que levará a apropriação total ou parcial da mais-valia produzida); e investimento indireto, quando os capitalistas estrangeiros emprestam ou financiam os capitais privados nacionais ou o Estado.

Segundo Marini, de 1945 até a década de 1960 a forma predominante de investimento estrangeiro foi em sua forma direta, após isso a forma indireta teve um crescimento, transformando-se na forma predominante de investimento estrangeiro até então. Além da *entrada* na economia dependente, o capital estrangeiro também se move para a *saída* à medida que o ciclo do capital é finalizado e ele se apropria de parte da mais-valia produzida (em forma de lucro ou de juros) a partir dos seus investimentos (diretos e indiretos). Esse movimento de *saída* configura uma *transferência de mais-valia ao exterior*.

Assim, das três fontes na economia dependente latino-americana (capital privado interno, investimento público e capital estrangeiro), entendemos que as fontes determinantes são as advindas do Estado e do capital estrangeiro. Se observarmos historicamente as distintas fases de expansão e crise da economia dependente, encontraremos a articulação direta com o exterior e com o Estado.

Na fase da produção não precisamos considerar a origem do capital, nos deparamos já com as instalações, matérias-primas, maquinários etc. nas quais a força de trabalho executará o processo de produção de mercadorias, no qual está contido o processo de valorização do capital. Isso não quer dizer que haja uma independência dessa fase com a anterior, pois a fase anterior condiciona esta, imprimindo-lhe características próprias – ou seja, as empresas estrangeiras ou as quais o capital estrangeiro opera associado ao nacional são as que detém a tecnologia dos meios de produção, causando um desnível tecnológico no próprio país:

[...] considerando dois capitais individuais: *A*, corresponde a um capitalista estrangeiro que opera, suponhamos, no ramo de produção de sapatos; e *B*, representativo de um capital interno que atua nesse mesmo ramo. *A* pode trazer equipamentos e métodos de produção mais sofisticados que lhe permitam baixar seu custo de produção em relação a *B*, que produz em condições tecnológicas médias. Entretanto, apesar de produzir com custos menores, *A* venderá sua mercadoria pelo preço estabelecido ao nível de produção do capitalista *B*, ou seja, do que opera em condições normais de produção. Por consequência, embora *A* venda ao mesmo preço de mercado, seu lucro será maior que o de *B* devido à

diferenças do custo da produção. (MARINI, 2012, p. 28, grifos do autor)

Difícilmente o capitalista com menos tecnologia alcançará a produtividade de capitalistas com mais tecnologia, o que implica que este sempre terá mais lucro que aquele pois há um acúmulo de capital nos ciclos no qual *A* obteve lucros maiores e mesmo que *B* consiga alcançá-lo, *A* terá como responder imediatamente, restabelecendo seu lucro extraordinário. As condições engendradas na primeira fase da circulação determinam o grau de acumulação do capital na fase de produção.

As empresas com o monopólio tecnológico obtêm sistematicamente mais-valia extraordinária, concentrando, conseqüentemente, cada vez mais mais-valia e capital investido nas economias dependentes, além da relação metrópole-colônia, há um aprofundamento dessa dependência na produção. Além disso, as empresas altamente tecnológicas podem ao invés de vender as mercadorias pelo preço de mercado, poderia vendê-las consoante o seu próprio custo de produção; nesse caso, as demais empresas que operam com nível médio teriam que vender suas mercadorias a preços inferiores do custo, o que as levariam à falência – isso resulta num processo de centralização brutal no qual as empresas menores não conseguem fazer frente a concorrência e acabam compondo processos de monopolização precoce nas economias dependentes. Normalmente o que acontece é a concentração através do lucro extraordinário.

Em reação ao processo de concentração, as empresas com nível médio de produtividade aumentam a intensidade do trabalho, prolongam a jornada de trabalho ou simplesmente rebaixam os salários – nos dois primeiros casos há extração de mais-valia absoluta ou mais-valia relativa e em ambos há diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução da força de trabalho; no último caso, *a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor*, resultando numa superexploração da força de trabalho. Apesar dessa estratégia ser acionada pelos capitais de menor competitividade, acaba por favorecer os capitais monopolistas, pois eles vão pagar o valor médio de todas as mercadorias, incluindo a força de trabalho. E esse processo de tentar baratear todas as mercadorias vai se transformar num círculo vicioso de depreciação dos preços de todas as mercadorias devido à depressão artificial do preço da força de trabalho.

A esses dois elementos (lucros extraordinários e salários abaixo do valor da força de trabalho), Marini acrescenta duas características próprias da fase de produção no ciclo do capital na economia dependente: superexploração e subordinação ao exterior. Para que a superexploração possa acontecer é imprescindível que os trabalhadores se encontrem

em situação de difícil reivindicação, que aceitem uma remuneração abaixo do valor – nesse sentido é conveniente a criação de um exército industrial de reserva. Este tende a crescer à medida que novas técnicas são introduzidas na produção na busca pelo aumento da produtividade, como o próprio Marx já aponta no capítulo 23 d’*O Capital*, que a busca incessante pelo aumento da produtividade aumenta a diferença entre a massa dos meios de produção e a massa de força de trabalho utilizada no processo de produção. Disso resulta tanto o desemprego como formas de subemprego que minam a possibilidade de reivindicação da classe trabalhadora e garante a superexploração da força de trabalho.

A segunda característica (subordinação ao exterior) é, também, uma consequência da primeira fase, pois os setores produtivos e as técnicas são determinados externamente, ou seja, os capitais estrangeiros ao invés de tentar entrar nos países dependentes com suas mercadorias, produzem suas mercadorias nesses países, exportando sua tecnologia para alcançar lucros extraordinários. O que Marini (2012) pontua é que os países centrais exportam a produção de mercadorias correntes para os países dependentes, no qual tais mercadorias são bens de luxo – no entanto, essas mercadorias não atendem às necessidades das classes consumidoras, separando a estrutura de produção da capacidade real de consumo da classe trabalhadora local.

Assim como na transição da fase C¹ para a fase P não se considera a origem do capital, na fase C² não se considera a origem das mercadorias, elas são apenas levadas ao mercado para venda, para realizar a mais-valia. Marini afirma que o capital na forma mercadoria apresenta três categorias fundamentais: bens de consumo necessários, bens de consumo suntuário e bens de capital. Os dois primeiros, apesar da diferença entre si, seguem sendo apenas bens de consumo, enquanto os bens de capital são constituídos pelas

[...] matérias-primas, os bens intermediários e as máquinas que servem para a produção tanto de bens de consumo como de bens de capital. Estes se intercambiam entre os capitalistas sem passar pelo mercado de bens finais para o consumo individual. Em última instância, toda a produção industrial está referida a este, posto que representa a destinação última da produção, embora parte dela, e inclusive uma parte majoritária, seja consumida no curso do próprio processo de produção e não compareça nunca no mercado de bens de consumo” (MARINI, 2012, p. 33).

Daí que essa forma relativizada da produção de bens de capital toma caráter acentuado na economia dependente, por haver um prolongamento da produção de bens de consumo em detrimento da produção de bens de capital devido à oferta destes externamente na qual o capital pode recorrer. Apesar da grande produção de bens de

consumo, a superexploração do trabalho é uma característica do ciclo do capital na economia dependente e, como ela remunera a força de trabalho abaixo de seu valor, os trabalhadores têm uma baixa capacidade de consumo, impactando numa baixa realização da mais-valia. Além do baixo consumo por parte dos trabalhadores, Marini afirma que parte dos lucros fluem em direção ao exterior por meio de distintos mecanismos de transferência de mais-valia e a outra parte, que fica no país, se divide entre a que se orienta para a acumulação e a que se orienta para gastos improdutivos dos capitalistas e das frações de classes a eles vinculados:

[...] O ciclo do capital na economia dependente se caracteriza por um conjunto de particularidades. Entre elas, *o papel que joga o capital estrangeiro na primeira fase da circulação*, tanto sob a forma dinheiro como sob a forma mercadoria, *assim como o fato de que a produção determina transferências de mais-valia* (que se farão visíveis na segunda fase da circulação), *fixa a mais-valia extraordinária e se desenvolve sobre a base da superexploração do trabalho*. Esses fatos levam à *concentração do capital e à monopolização precoce*, ao mesmo tempo que *divorçam a estrutura de produção das necessidades de consumo das massas*. A distorção na distribuição da renda que daí se origina dinamiza, na segunda fase da circulação, o setor de mercado capaz de sustentar o desenvolvimento dos ramos de produção suntuária, forçando o agravamento dessa distorção à medida que tais ramos aumentam sua produção e demandam mais mercado. Os limites com que se choca essa segunda fase da circulação tanto pela *transferência de mais-valia* como pela *deformação da estrutura da renda interna*, empurram-na em direção ao exterior, levando-a a *buscar realização de partes das mercadorias no mercado mundial, com que se fecha o círculo da dependência do ciclo do capital com relação ao exterior* (MARINI, 2012, p. 35, grifos nossos).

A limitação de consumo na fase C², além de determinar a estrutura produtiva, “tende a deslocar parte da circulação de mercadoria em direção ao mercado mundial através da exportação” (p. 34). Essa tendência reside no fato de que parte da mais-valia gerada não fica no país, logo há uma redução do mercado e um baixo consumo. Em outras palavras, como na fase C¹ o capital estrangeiro é predominante, na fase de acumulação e produção esta é direcionada para os lucros extraordinários que só podem se realizar, em C², com a venda das mercadorias e para que isso aconteça é necessário que a produção seja de bens de consumo suntuários – somente com a ampla produção de bens suntuários que o capital estrangeiro pode se realizar na economia dependente.

É mister o entendimento sobre a determinação do valor da força de trabalho e sobre a forma particular de reprodução do capital nas economias dependentes para perceber

como esta determina uma forma particular de exploração da força de trabalho que, por sua vez, impacta diretamente na reprodução *anormal* da força de trabalho.

2. Superexploração da força de trabalho em formações econômico-sociais dependentes

Conforme observamos, o padrão de reprodução capitalista apresenta, como base, a exploração da força de trabalho, que nas condições analisadas por Marx n'*O Capital*, implicam na apropriação, por parte dos detentores dos meios de produção, do excedente produzido pelos trabalhadores. Devido ao modo de produção capitalista ser o primeiro a se internacionalizar, constituindo no marco da totalidade cadeias globais de produção, há uma relação dialética entre as formações econômico-sociais centrais e as periféricas. Essa relação se materializa, sobretudo, pela transferência de valor da periferia ao centro, conforme as observações de Marini (2012).

Destacamos que as pressões exercidas pelo desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista devem ser observadas, tendo em vista que essa categoria informa que uma determinada formação social não está isolada, e que na constituição das relações no mercado internacional há dinamos referentes a uma síntese (TRÓTSKI, 1981; 2018), associadas à importação de tecnologias, aumento do endividamento doméstico a credores internacionais e a transferência de malhas produtivas para espaços geográficos periféricos devido ao baixo valor da força de trabalho.

Nessa perspectiva da economia global constituída, a concorrência entre os distintos setores do mercado internacional implica em distinções entre as formações centrais e periféricas, tendo em vista que as suas próprias constituições históricas, sociais, econômicas e políticas instauram um capitalismo *sui generis* (MARINI, 2012). Esse processo implica tanto na diferença dos níveis tecnológicos na produção de mercadorias, quanto no uso quantitativo e qualitativo da força de trabalho.

Nas formações dependentes, temos, em geral, uma baixa composição de capital com maior volume de capital variável (força de trabalho), o que leva à compressão das classes trabalhadoras a níveis pífios de reprodução social mediante: aumento da intensidade do trabalho, prolongamento da jornada de trabalho e redução do consumo dos trabalhadores abaixo do seu limite normal. Nas palavras de Marini,

Nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao

que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos [...] significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2012, p. 8).

Dessa forma, a superexploração da força de trabalho designa uma violação aos trabalhadores, seja porque essa força é paga abaixo do seu valor, seja porque é consumida além das condições normais, esgotando prematuramente a força vital dessa classe (LUCE, 2013). Esse fenômeno também implica na diminuição da capacidade de consumo desses trabalhadores, negando-os as condições de reposição do desgaste existente no dispêndio de energia e tempo de trabalho para a produção de mercadorias.

Amaral e Carcanholo (2009) nos apresenta uma esquematização interessante para pensar as distinções entre centro e periferia no tocante a esse tema. Esquemáticamente pontuam, de modo didático, a existência de três empresas distintas: E_1 ; E_2 ; E_3 ; que produzem uma mesma mercadoria A (M_A) num mesmo setor produtivo, mas que possuem distintos níveis de produtividade, no qual o tempo de trabalho necessário para a produção de M_A é distinto em cada uma das empresas, de modo que os valores (V) sejam computados em termos de horas de trabalho conforme o esquema apresentado por esses autores:

Figura 1 - Esquema formal para comparação da produção de valor

$$\left. \begin{array}{l} V_{(I)} = 4 \text{ horas} \\ V_{(II)} = 6 \text{ horas} \\ V_{(III)} = 8 \text{ horas} \end{array} \right\} \begin{array}{l} V_{(I)} + V_{(II)} + V_{(III)} = 18 \text{ horas} \\ \text{TTSN} = 6 \text{ horas} \end{array}$$

Fonte: Amaral e Carcanholo, 2009.

O somatório dos valores produzidos pelas três empresas é de 18 horas, portanto o Tempo de Trabalho Socialmente Necessário (**TTSN**) para a produção - tempo que a sociedade gasta para produzir uma mercadoria, correspondendo ao valor (V), da mesma -, de M_A é de 6 horas. Nesse esquema percebemos que a primeira empresa é a mais produtiva porque produz num tempo menor a mercadoria M_A quando comparada às outras empresas. Ao considerarmos o valor de mercado (V_M) - média de todos os valores individuais de todas as empresas conjuntamente, sinônimo de trabalho socialmente necessário -, desta mercadoria, concluímos que a primeira empresa se apropria de um

valor a mais do que ela produziu. Amaral e Carcanholo (2009) salientam que essa relação estabelece o que Marx apontava como a mais-valia extraordinária. No que diz respeito a terceira empresa, percebemos que ela é a menos produtiva, e mesmo que tenha produzido um valor superior ao V_M , perde 2 horas em termos de valor.

Devido à própria composição orgânica do capital, na qual no âmbito da concorrência as empresas tendem a buscar a mais-valia extraordinária mediante o aumento da produtividade, ocorre uma queda no V_M e na taxa de lucro das empresas do setor. De modo geral, pode-se afirmar que os capitais mais produtivos, se apropriam de um valor superior ao que produziram, ocorrendo o inverso no caso dos capitais menos produtivos.

Na realidade concreta, há N empresas que pertencem a formações econômico-sociais distintas, que podem ser centrais e periféricas, sob o ângulo da TMD. Dessa forma, agora considerando o mercado internacional, temos que a primeira empresa (a mais produtiva) pertence a um país central do capitalismo, e a empresa 3 a um país periférico, que poderia ser o Brasil por exemplo. Por essa lógica, nestes países há um maior uso de capital variável (força de trabalho):

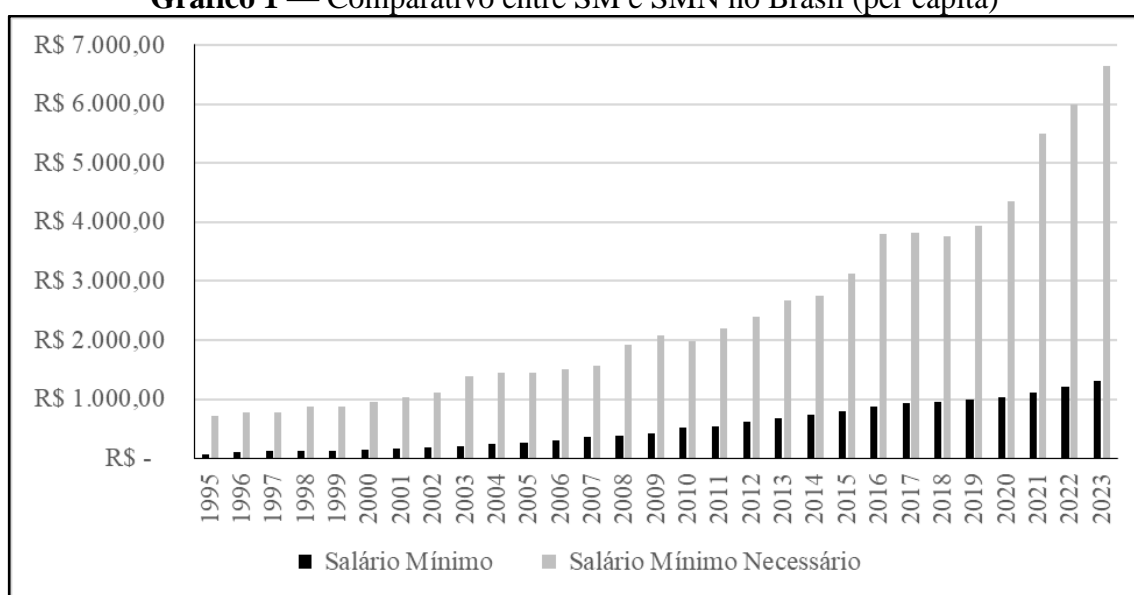
Contrariamente, os países centrais (mais produtivos), por utilizarem menos força de trabalho frente ao que utilizam em meios de produção — isto é, por terem alta composição orgânica do capital (c/v) —, geram menos valor (4 horas). Contraditoriamente, quando se atinge o nível da apropriação da riqueza gerada, o processo tendencial se dá de maneira inversa: os países periféricos, embora produzam mais valor, não se apropriam dele, pois são incapazes de produzir mercadorias cujo valor esteja abaixo de seu valor de mercado; são, portanto, incapazes de reduzir seu TTSN. Inversamente, os países centrais, embora produzam menos valor, garantem sua apropriação baseados num TTSN que se encontra abaixo da média do setor, estando, assim, abaixo do V_M da mercadoria A (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p.219).

Devido a essa particularidade nas formações econômico-sociais dependentes, a exploração da força de trabalho se apresenta na forma particular como superexploração, por se tratar de um conjunto de modalidades que promovem o esgotamento de forma prematura da força física e mental dos trabalhadores, assim como na baixa remuneração de sua reprodução social (LUCÉ, 2013). Todavia, para compreendermos a remuneração da força de trabalho abaixo de seu valor nessas formações sociais, é preciso que tenhamos em mente o que Marx refletiu n'*O Capital* sobre o fato de que a reprodução dos trabalhadores envolve moradia, alimentação, saúde, educação, lazer, vestuário, higiene,

etc. (que resgatamos na seção anterior), pois o valor da força de trabalho não é a-histórica, depende de condições concreto-materiais de cada formação econômico-social.

No caso brasileiro, podemos observar isso através do fato de que desde a década de 1990 a classe trabalhadora brasileira recebe um Salário-Mínimo (que se refere ao valor de troca) abaixo do necessário à reprodução da força de trabalho, como demonstrado pelos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (que calcula o Salário-Mínimo Necessário (SMN) considerando a composição necessária para a reprodução da força de trabalho). No gráfico abaixo podemos observar uma série histórica que demonstra a diferença entre o Salário-Mínimo (SM) e o SMN:

Gráfico 1 — Comparativo entre SM e SMN no Brasil (per capita)



Fonte: Dieese - <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html#1994>.
Elaboração dos autores. Valores nominais.

O gráfico acima é ilustrativo da condição da classe trabalhadora no Brasil, nos permitindo evidenciar a discrepância entre o valor necessário à reprodução da força de trabalho e o que é efetivamente pago. Podemos também afirmar que mesmo numa família com quatro membros, todos eles trabalhando e recebendo um SM, não conseguem alcançar um SMN, não havendo, portanto, a reposição do desgaste físico e mental da força de trabalho. Salientamos, nesta relação, que o ponto central não é apenas que os salários são baixos, mas que eles não permitem a reprodução social necessária da classe trabalhadora brasileira, animalizando essa classe em condições precárias, subumanas e deletérias de vida.

Junto a esse fato, soma-se o prolongamento da jornada de trabalho e a necessidade de manutenção de mais de um emprego (formal ou informal) para sobrevivência. Há

também a existência de banco de horas, abertura do comércio nos domingos e feriados, flexibilização das leis trabalhistas para a venda de $\frac{1}{3}$ das férias e a redução em 50% do horário de almoço. Nos últimos governos, foi acrescentado à flexibilização das leis trabalhistas a possibilidade irreal de acordos coletivos que permitem a redução de salários e horas de trabalho para a permanência dos postos de trabalho com ataques aos direitos trabalhistas, além de fenômenos recentes como a uberização do trabalho (ANTUNES, 2020).

Destacamos que aos capitalistas essas flexibilizações no âmbito trabalhista permitem a exigência de maior consumo do valor de uso da força de trabalho sem custos adicionais, garantindo assim, um maior valor apropriado da força de trabalho ao mesmo tempo em que exaure a vida dos trabalhadores. Para estes, esse definhamento tem como contrapartida a aquisição de bens de consumo para reposição cotidiana da sua força de trabalho e da sua família, consumo que, devido à condição de superexploração, se dá mediante o endividamento das famílias. Essa impossibilidade é aprofundada pelo aumento da intensidade do trabalho, que podemos exemplificar através do setor sucroalcooleiro que utiliza condições análogas a escravidão nos canaviais brasileiros:

[...] em apenas dez minutos cada trabalhador corta 400kg de cana, desfere 131 golpes de facão e flexiona o tronco 138 vezes. Ao final de um dia de trabalho, após inúmeras sequências de operações repetitivas e extenuantes, são computados em média por trabalhador: 11,5 toneladas de cana cortada, 3.792 golpes de facão e 3.994 flexões de coluna. Como resultado, tem-se expectativas de vida que não passam dos 35 anos de idade. (LAAT *apud* LUCE, 2013, p. 181).

Mesmo com a mecanização desse setor, ocorre o fato de que as empresas menos produtivas, que não conseguem aumentar seu capital constante, forçam os trabalhadores a atingirem cotas maiores de produção. Verçosa (2016) demonstra que as condições de trabalho e saúde tem se intensificado com a reestruturação produtiva na agroindústria canavieira alagoana, implicando a intensificação do esforço laboral, e ocasionando adoecimento físico, psíquico e moral. Outro exemplo possível seria os trabalhadores do setor do Telemarketing que, apesar de enfrentarem jornadas menores de trabalho devido à insalubridade da atividade, são acometidos por doenças físicas e psíquicas devido à intensidade do trabalho realizado. Esses exemplos ilustram um fato concreto: diante do aumento da intensidade de trabalho, ocorre no longo prazo o esgotamento prematuro do fundo de vida e no curto prazo o adoecimento dos trabalhadores e a ocorrência de acidentes de trabalho.

Além disso, a superexploração acontece tanto nos ramos onde os trabalhadores recebem altos salários como nos que vivem em condição de semi-escravidão: ela acontece em todos os setores em que há o esgotamento prematuro da corporeidade física e psíquica dos trabalhadores e que salário nenhum há de recompor.

Esses impactos da superexploração da força de trabalho na saúde da classe trabalhadora, se conecta à discussão a respeito da determinação social do processo saúde-doença que veremos a seguir. Compreendemos que em formações sociais dependentes, que tem na superexploração e na transferência de valor características basilares, tais mecanismos acentuam a degradação da vida humana, não podendo ser restringida apenas a fatores estritamente econômicos, mas a vida de uma forma geral.

3. A determinação social do processo saúde-doença em contexto de superexploração da força de trabalho

O conceito de *determinação social do processo saúde-doença*, construído a partir da década de 1970, é de suma importância na formação da epidemiologia social ao transpor a abordagem biomédica da doença. Tecido nas particularidades sócio-históricas da América Latina, em um cenário político e econômico de ditaduras militares em diversos países do continente, desenvolve-se a partir de um pensamento crítico e com base social em saúde. Tal enfoque empenhou-se na elaboração de um pensamento social da saúde, em contraposição crítica à abordagem positivista da história natural da doença. Este modelo teórico do processo saúde-doença demarcado como modelo histórico-social é substancialmente marcado por referenciais de produções vinculadas ao materialismo histórico de Marx. Considera-se o trabalho como categoria central no modo de produção capitalista, no qual a produção e a reprodução social conferem características no modo de viver, adoecer e morrer da classe trabalhadora.

Assim, a compreensão da determinação social do processo saúde-doença é a expressão de um pensamento crítico, materialista histórico, comprometido em interpretar as condições de vida e trabalho das populações, de modo a elucidar a saúde como um fenômeno que incide sobre a determinação social e, para além, fomentar elementos para a luta política de enfrentamento e superação do capitalismo. Nesse bojo, é salutar combater a falaciosa narrativa de que o crescimento econômico leva a uma melhoria das condições de trabalho e saúde, o que não se materializa no decurso histórico da América Latina, especialmente no Brasil.

Para elucidarmos de maneira sucinta, a economia brasileira fechou 2010 com crescimento de 7,5% e o ano de 2020 registrou uma queda substancial de -3,3%, segundo a Série Histórica do Produto Interno Bruto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se relacionarmos a partir dos mesmos anos, os acidentes de trabalho registrados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) via Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), apresentaram 709.474 notificações em 2010 e 446.881 notificações em 2020. Sabemos que as estatísticas de acidente de trabalho no Brasil são subnotificadas dadas as dificuldades de aferição e que os registros do INSS estão circunscritos ao regime celetista de trabalho, o que não representa o cenário de saúde do trabalhador em sua magnitude. Entretanto, os dados apresentados nos dão referências para compreendermos que crescimento econômico não significa melhores condições de trabalho e vida, ao passo que temos um ambiente de trabalho com maquinários obsoletos, processos de trabalho degradantes que consomem o fundo de vida dos trabalhadores, materializados na superexploração da força de trabalho.

Nesse cenário, há uma correlação explícita entre condições de saúde e classes sociais, nas quais os processos de adoecimento e apropriação da riqueza socialmente produzida não podem ser dissociados. Portanto, o processo saúde-doença apresenta simultaneamente caráter social e biológico, devendo ser analisado sob essa premissa em um processo dialeticamente imbricado, o que permite descrever as condições de saúde de um grupo relacionadas às condições sociais deste, evidenciando a problemática de forma mais abrangente do que a mera descrição biológica das condições de saúde, considerada como determinantes da saúde, fato que influencia, diretamente, na prática sanitária (LAURELL, 1983).

A concepção do modelo histórico-social de base marxista impõe um questionamento quanto às bases teórica, metodológica e epistemológica, no sentido de superar a noção positivista expressa na abordagem de determinantes sociais da saúde. A teoria da produção social da saúde abarca o caráter histórico-social do processo saúde-doença, propiciando explicitar a relação entre o biológico e o social, e entre o individual e coletivo. Busca-se compreender as questões relativas ao processo saúde-doença para além dos fenômenos pelos quais se expressam, estabelecendo mediações entre a realidade fragmentada e a totalidade social (BREILH, 2010).

Torna-se necessário ampliar a discussão teórico-conceitual para a apropriação da academia e de trabalhadores da saúde, diretamente relacionados na produção em saúde para rompermos com a hegemonia de uma visão tecnicista e de ações focalizadas

que desconsiderem a dimensão histórica e social. Nesse sentido, o CEBES (2011) considera que a disputa de narrativa pela abordagem do *determinante social em saúde* está atrelada a um poder hegemônico neoliberal que se expressa em uma propriedade intelectual que beneficia a indústria médica, assim como em diferentes estratégias de manipulação do pensamento coletivo, que possuem a mídia e os meios de comunicação como veículos centrais nesse processo (CEBES, 2011).

Na conformação do materialismo marxiano, para partirmos para a compreensão de determinação do processo saúde-doença, Marx, em sua tese de doutorado intitulada “Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro”, já se discorria sobre a evidência de oposições entre determinismo e determinação. Enquanto em Demócrito, a necessidade se manifesta como determinismo, (e aqui podemos relacionar com a abordagem de determinantes sociais da saúde, nomenclatura hegemônica em abordagens funcional-positivistas); em Epicuro, o acaso é uma realidade que tem como único valor a possibilidade. E a possibilidade se manifesta ora como possibilidade abstrata, ora como possibilidade real, perspectiva no qual endossa a compreensão de determinação social da saúde (MARX, 2018).

Deste modo, a realidade social não é estritamente determinista. Assim como Epicuro apresenta o mundo como possibilidade e contingência, ou seja, a partir de uma determinação em que não se prefere os fatos às representações, mas que, procura do mesmo modo lhes salvaguardar, o livre arbítrio e a liberdade do sujeito são pensados correlativamente (COLLIN, 2006). Logo, a partir da determinação social, “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim, sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 2003, p. 7). Não se trata de “determinação de conteúdo, mas de forma” (MARX, 2018, p. 50) com a possibilidade de transformação, para libertar os proletários dos laços com as superstições da economia capitalista (MARX, 2018). Reconhecemos assim, que a configuração de como vivem, adoecem e morrem os grupos sociais está diretamente atrelada às condições materiais de reprodução social que se expressam em contradições e particularidades históricas, ocupando a América Latina um lugar de dependente, ou seja, uma inserção subordinada e espoliada no interior da ordem mundial constituída do modo de produção capitalista, em que a propriedade privada e a apropriação desigual da riqueza socialmente construída estão assentadas na superexploração da força de trabalho (MARINI, 2013).

Ademais, as desigualdades sociais se expressam e incidem sobre a saúde de

maneira mais ou menos exacerbada a depender do momento do desenvolvimento do capitalismo que, na atual fase, deteriora as condições de vida da população em processos articulados, em que estão cada vez mais presentes o incremento da pobreza e das desigualdades socioeconômicas, o desemprego em massa e aumento da informalidade com trabalhos de extrema vulnerabilidade (ANTUNES, 2018).

Sob a égide da fase contemporânea do capitalismo, a supremacia do capital portador de juros - conhecido vulgarmente como capital financeiro - nos impele a intensas transformações econômicas, políticas e sociais. Presenciamos o crescente desmantelamento das políticas sociais, no qual o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro está constantemente e de forma cada vez mais aprofundada ameaçado de (sub)existir.

Osório (2001; 2004) assevera a relevância da superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente, no qual existem condições objetivas para que a superexploração se constitua como um mecanismo fundamental de exploração por parte do capital. Segundo o autor, o primeiro fator que a favorece consiste na cisão do ciclo do capital presente nos padrões de reprodução do capital que se gestaram a partir dos processos de independência. Osório é taxativo ao se caracterizar o padrão de reprodução do capital nos países latino-americanos:

A vocação exportadora presente em todos esses padrões, apenas atenuada na curta vida do padrão industrial, cria o cenário propício para que o capital gere estruturas produtivas afastadas das necessidades da maioria da população trabalhadora. Dessa maneira, ao passo em que os trabalhadores não têm um papel relevante na realização dos bens produzidos pelas empresas de ponta na acumulação, o capital pode operar com maior folga para implementar as diversas formas de superexploração, em particular o pagamento direto da força de trabalho abaixo de seu valor e o prolongamento da jornada de trabalho (OSÓRIO, 2001, p. 492).

Como segundo fator que favorece a superexploração, Osório (2001, 2004) salienta as perdas de valor sofridas pelo capitalismo dependente no mercado mundial, por meio da troca desigual e de outros tipos de transferências. Essas perdas alcançam algum grau de reposição através da apropriação, pelo capital, de parte do fundo de consumo dos trabalhadores e de sua conversão em fundo de acumulação, ou da apropriação presente de parte dos anos futuros de trabalho e de vida, por intermédio da extensão das jornadas de trabalho e da intensificação do trabalho. Nada disso seria possível se o capitalismo dependente não gerasse força de trabalho abundante, o que permite, o terceiro fator: a presença de uma extensa superpopulação relativa que não apenas resolve a substituição

imediate dos braços esgotados prematuramente, mas também se constitui em uma força que o capital emprega para pressionar as condições salariais e de trabalho dos trabalhadores ativos (OSÓRIO, 2001; 2004).

É nesse sentido que a economia dependente dos países latino-americanos e, por consequência a superexploração da força de trabalho, aparece como uma condição necessária do capitalismo mundial. Conseqüentemente, temos particularidades no padrão de reprodução do capital no contexto latino-americano dependente, que incidem diretamente nas condições de vida e saúde das populações. Nessa perspectiva, é deveras fundamental investigar em profundidade a produção científica desses autores latino-americanos, com produções que analisam as condições das realidades de saúde e sociedade de países dependentes-periféricos, no intuito de verificar sua contribuição à problemática da determinação social do processo saúde-doença no modo de produção capitalista nessas particularidades.

Considerações finais

O aprendizado que o materialismo histórico nos traz é que a vida produzida e reproduzida em dado tempo pode até se modificar, às vezes profundamente em relação a outros momentos, mas muito mais nas suas formas de manifestação do que efetivamente na sua substância. É dizer, mais em suas expressões do que em seu nervo e essência de sua realização.

Para tanto, revisitar obras que suscitam as condições materiais de vida no contexto latino-americano, no modo como foram construídas as produções teóricas no percurso histórico até a atualidade, conformando uma economia política como aporte para compreendermos a saúde numa perspectiva crítica e que interprete a desfavorável conjuntura e aponte caminhos de sua superação, nos parece tarefa salutar. O reconhecimento de dilemas e crises do sistema de proteção social em saúde atualmente no Brasil e no mundo, deixa mais explícito a necessidade de revisitar e renovar as ideias e linhagens de pensamento crítico político e econômico em saúde. Refazer o caminho percorrido por autores latino-americanos significa não apenas contribuir para a compreensão de suas análises, mas sobretudo, recuperar bases teóricas não coadjuvantes, de formas de enfrentamento aos desafios que se apresentam.

Ademais, reconhecer e caracterizar autores fundamentais ... pode contribuir para identificar aspectos como: a persistência dessa produção no tempo histórico a capacidade

de produzir um pensamento crítico em saúde, no âmbito da prática institucional e para além dela, no movimento da luta de classes.

Nesse quadro, intentamos discorrer sobre a importância do método materialista histórico para a compreensão da totalidade social que engendra o processo saúde-doença, para a capacidade de produzir um pensamento crítico das condições de vida e trabalho no contexto de capitalismo dependente, no âmbito da prática institucional e para além dela, no movimento da luta de classes.

Referências

AMARAL, M.S.; CARCANHOLO, M. D. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, v. 12, p. 216-225, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/CH5TcQ4khv7ySjFvV6xWmWy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 mai. 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

BREILH, J. Las tres ‘S’ de la determinación de la vida: 10 tesis hacia una visión crítica de la determinación de la vida y de la salud. In: Nogueira, P. (org.). **Determinação social da saúde e Reforma Sanitária**. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

CARNUT, L. MENDES, Á. **Capital-estado na crise contemporânea: o gerencialismo na saúde pública**. Argumentum. 2018;10(2):108-21. <http://doi.org/10.18315/argumentum.v10i2.19528>

Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES). **O debate e a ação sobre os determinantes sociais da saúde**. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro: 2011; 35(90): 496-498.

COLIIN, D. **Epicuro e a formação do pensamento de Karl Marx**. Politeia: História e Sociedade. Vitória da Conquista: 2006; 6(1):15-27.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. In: Nunes ED. (Org.). **Medicina social: aspectos históricos e teóricos**. São Paulo: Global, 1983.

LUCE, M. S. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, educação e Saúde**, Rio de Janeiro, Volume 11, Número 1, p. 169-190, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. 11 reimpressão México: Ediciones Era, 1991.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C; OSÓRIO, J; LUCE, M (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2013.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro. São Paulo: Boitempo, 2018.

OSÓRIO, J. Fundamentos del análisis social: la realidad social y su conocimiento. Xochmilco: Universidad Autónoma Metropolitana, 2001.

_____. El estado en el centro de la mundialización: la sociedad civil y el asunto del poder. Xochmilco: Universidad Autónoma Metropolitana, 2004.

TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Volume I: a queda do tzarismo. Brasília: Senado Federal, 2018.

_____. **A revolução de 1905**. São Paulo: Global Editora, 1981.

VERÇOZA, L. V. **Os saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos. Um estudo sobre trabalho e saúde**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7196>. Acesso em: 31 mai. 2023.